



PRODUTO INTERNO BRUTO

Atividades ilegais dão 0,5% ao PIB

As atividades ilegais passaram a ser contabilizadas no PIB dos Estados-membros da União Europeia a partir de 2014. Em Portugal, o peso dessas atividades na economia aumentou ligeiramente. Contudo, há reticências quanto à forma como se fazem estas estimativas.

TIAGO VARZIM

tiagovarzim@negocios.pt

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

Integração ocorreu em 2014

A integração das atividades ilegais ocorreu em 2014 em toda a União Europeia, por decisão do Eurostat, na altura da revisão da base das contas nacionais.

Esta não é apenas uma obrigação europeia, mas também internacional dado que estão na metodologia uniformizada acordada nas Nações Unidas desde 1993.

Contudo, até 2014, apesar de estar previsto no sistema europeu de contas que seria preciso incluir no PIB o contributo das atividades ilegais, havia um entendimento entre os gabinetes de estatística europeus no sentido de não incluir tal estimativa.

Os países europeus entendiam que esta era uma orientação com pouco sentido para economias desenvolvidas, onde o peso das atividades ilegais é estimado como sendo pequeno. Além disso, não havia uma forma harmonizada de fazer o cálculo e entendia-se que era pouco fidedigno, pelo que genericamente não era feito.

Mais: contabilizar a produção das atividades ilegais faria subir o rendimento nacional bruto das economias europeias sem um critério comum, interferindo de um modo que era considerado arbitrário no cálculo das transferências que os países teriam de fazer para a União Europeia.

Quando a pressão do Eurostat para incluir uma estimativa do contributo das atividades ilegais aumentava, os estatísticos pediam orientações concretas sobre como fazê-lo. Na ausência destas, acabavam por ganhar o argumento para não o fazer.

Depois, em 2014, com a criação de guidelines harmonizadas para o cálculo, o argumento para continuar a não fazer esgotou-se e os organismos de estatística passaram todos a incluir um número

O contributo das atividades ilegais para o PIB português aumentou nos últimos anos. Em causa estão transações como a prostituição, a droga e o contrabando, as atividades ilegais mais significativas em termos económicos.

Em 2014, ano em que foi revelada a primeira estimativa, o valor ficava pelos 0,4% do PIB, o que na altura correspondia a 629 milhões de euros. Em 2018, segundo um documento do Instituto Nacional de Estatística (INE), as atividades ilegais correspondiam "aproximadamente a perto de 0,5% do PIB", o que se traduz em cerca de 804 milhões de euros.

Esse documento, apelidado de "Como se mede o PIB", esclarece que, além da produção "legal" e observada, o indicador também inclui a parte não observada, onde está a economia ilegal. "O PIB abrange ainda atividades ilegais, como a prostituição, a produção e o comércio de drogas, o contrabando (estas três atividades correspondem aproximadamente a perto de 0,5% do PIB)", lê-se no documento.

É possível comparações a nível europeu? Apenas há a estimativa de 2014: nessa altura, as atividades ilegais "deram" um extra de 0,38% ao PIB europeu, em linha com a estimativa para Portugal nesse ano de 0,4%.

Não se conhece nenhuma atualização dessa estimativa em 2018 para o conjunto da União Europeia que permita comparar com os atuais 0,5% em Portugal.



O PIB contém desde 2014 atividades ilegais como a prostituição, a transação de droga e o contrabando.

Não existem dados sobre estas atividades. São usadas hipóteses e simplificações para estimar.

para essa produção. Ainda assim, entre os estatísticos há pouca confiança na fiabilidade das estimativas.

Como se mede?

O que o INE passou a fazer foi uma estimativa sobre esta parte ilegal da economia não observada. "Tendo em conta a natureza destas atividades, não existe informação direta sobre a sua relevância económica", explica o gabinete de

2014

ATIVIDADES ILEGAIS

Foi em 2014 que o INE e os seus pares europeus começaram a estimar o valor das atividades ilegais para incluí-las no PIB.

Negócios ilegais online devem entrar no PIB

Um paper de Ilcho Bechev, quadro do Eurostat, publicado no jornal científico do gabinete de estatística europeu este ano, aponta uma nova área que poderá integrar o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados-membros uma vez que está a ganhar cada vez mais dimensão na economia.

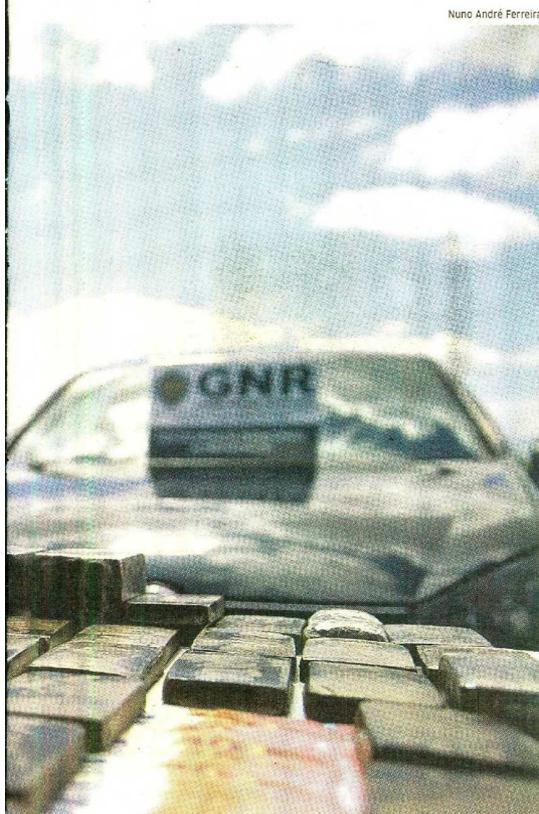
Em causa está a possibilidade de se cobrir mais áreas dentro das atividades económicas ilegais além da prostituição, as drogas e o contrabando. Estas são as únicas atividades contabilizadas por uma razão prática, segundo o autor: "quem compila estatística não deve comprometer os recursos de forma desproporcionada a calcular itens insignificantes".

Contudo, o estudo sugere que vale a pena expandir para as atividades ilegais online uma vez que poderá ter "interesse em termos de significado económico". E porque as atividades ilegais fazem-se cada vez mais sob o anonimato do comércio online onde a inovação tecnológica anda mais rápido do que o "polícia".

O autor considera que os gabinetes de estatísticas podem ir mais longe, cobrindo o que se passa no mundo online. As atividades ilegais online passam pelo tráfico de armas de fogo ilícitas, o contrabando de migrantes, a violação dos direitos de propriedade intelectual, o contrabando de bens e pirataria, subornos e jogos de apostas ilegais.

O paper defende que, tal como na visão do Eurostat, as estatísticas macroeconómicas devem cobrir todos os fenómenos económicos independentemente de serem legais ou ilegais, desde que sejam definidos como transações económicas (têm de haver acordo entre as partes). Esta área online é uma das que merece mais investigação no futuro, conclui. ■

TIAGO VARZIM



Nuno André Ferreira

estatísticas em documentos oficiais.

Assim, "as metodologias utilizadas assentam em grande medida em hipóteses, simplificações e convenções, que foram discutidas ao longo de vários anos no Sistema Estatístico Europeu visando assegurar a comparabilidade entre os Estados Membros, utilizando informação indireta e diversificada sobre estas atividades".

O Negócios pediu mais esclarecimentos ao INE, mas o gabinete de estatísticas respondeu que "a única informação passível de ser partilhada publicamente" consta dos documentos já divulgados.

O Eurostat, em resposta ao Negócios, explicou que não existem estimativas regulares sobre o peso das atividades ilegais no conjunto da União Europeia ou em cada Estado. ■